

Novas Tendências e Perspetivas da Supervisão e Regulação do Setor Financeiro

Intervenção do Presidente da ASF, Professor Doutor José Figueiredo Almaca, na Conferência Internacional organizada pelo CIRSf – Centro de Investigação em Regulação e Supervisão do Sector Financeiro, em parceria com a ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e o Banco de Portugal

Lisboa, 23 de junho 2016

Fundação Calouste Gulbenkian

Minhas senhoras e meus senhores,

Antes de mais, gostaria de agradecer a oportunidade que me é concedida de intervir nesta sessão de abertura para felicitar o CIRSf pela organização de mais uma edição da sua conferência anual sobre as Novas Tendências e Perspetivas da Supervisão e Regulação do Setor Financeiro.

Aproveito igualmente o momento para reiterar o enorme gosto com que a Autoridade a que presido se associa a esta meritória iniciativa e para saudar a Cátedra Jean Monnet em Regulação Económica da UE da Universidade de Lisboa e o Banco de Portugal, prestigiadas entidades que cooperam também com o CIRSf nesta organização.

Dirijo também um especial cumprimento a todos os presentes nesta conferência e aos distintos oradores convidados, cujo conhecimento e experiência constituirão um precioso contributo para um estimulante debate sobre este tema que a todos interessa.

Gostaria de começar por dedicar umas breves palavras sobre a intermediação financeira, enquanto atividade que permite dirigir a poupança dos indivíduos e demais agentes económicos para investimentos alternativos em outros sectores não financeiros.

A poupança desempenha, assim, uma função fundamental no crescimento económico de qualquer país. Deste modo, os agentes económicos, em geral, depositam as suas poupanças em entidades financeiras, que por sua vez utilizam estes recursos em diversos ativos, convertendo-os em investimento económico reprodutivo.

Por isso, sob o ponto de vista económico esta poupança pode ser entendida como o sacrifício de não consumir hoje, mas sim no futuro. Este diferimento confere assim à poupança características de um bem público, podendo ser entendida como pertença, no seu conjunto, da sociedade em geral, e merecendo, por essa razão, ser protegida pelo Estado.

Os cidadãos quando poupam fazem-no depositando as suas esperanças no futuro, contando realizar um projeto como comprar uma casa ou amealhar para a velhice. Estes montantes são, na sua maioria, confiados a entidades financeiras para serem investidos em outros agentes económicos.

Assim, é absolutamente decisivo que estas entidades administrem estes ativos que lhes foram confiados de forma adequada e prudente, pelo que se impõe a existência de uma supervisão e regulação eficazes, com vista à garantia da salvaguarda da poupança dos cidadãos.

E pelas razões apontadas, a atividade financeira somente pode ser exercida por entidades que reúnam os requisitos exigidos pelo Estado através de autorização do regulador respetivo. A função de autorização e, concomitantemente, de supervisão das atividades financeiras conferido ao supervisor constitui um instrumento fundamental do Estado, que assim procura garantir o controlo da idoneidade e prudência na gestão destes recursos.

Neste sentido, compete à supervisão um papel de acompanhamento atento e próximo, garantindo que as entidades financeiras desenvolvem o seu trabalho, de forma a que os seus capitais e reservas sejam suficientes para responderem pelos riscos inerentes ao seu negócio. Desta forma, a atuação eficaz do supervisor preserva a estabilidade do sistema financeiro contribuindo para um melhor funcionamento da economia do país.

A crise financeira revelou debilidades muito importantes na regulação e supervisão do sistema financeiro, deixando mais perguntas e interrogações do que certezas sobre o caminho a seguir. A regulação enfrenta o desafio de como tornar o sistema financeiro mais resistente e estável sem refrear o seu desenvolvimento, protegendo o interesse público.

Esta questão adquire enorme importância, dado que o sistema financeiro é uma peça importante do crescimento económico. E se a longo prazo não existe contradição entre estabilidade do sistema financeiro e crescimento económico, no imediato o setor financeiro necessita de se adaptar à nova envolvente regulatória mais apertada, em consequência da visão de que desfrutou de retornos excessivos, devido á assunção de riscos também excessivos.

O setor tem agora de ajustar a sua dimensão e o seu contributo para o desenvolvimento da economia, enfrentando simultaneamente o desafio de recuperar a sua reputação e a confiança dos agentes económicos.

Do nosso ponto de vista, as principais tendências da supervisão e regulação financeira deverão apontar para a fixação de requisitos mais sensíveis aos riscos que cada entidade assume, os quais deverão ser baseados em estimativas necessariamente mais finas e elaboradas.

Muito obrigado.

Anexos:

- [Apresentação complementar sobre Solvência II](#)
- [Programa da Conferência](#)